

Reunião dos bibliotecários portugueses na Figueira da Foz

No passado dia 29 de Maio reuniram-se na Figueira da Foz largas dezenas de bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses que ali se deslocaram em jornada de confraternização profissional, proporcionada pela ilustríssima Câmara Municipal da «Praia da Claridade».

Recebidos fidalgamente nos Paços do Concelho perante a Vereação figueirense, à frente da qual se encontrava o seu Presidente, Senhor Eng.º José Jorge Pinho, foram por este saudados com palavras de muito apreço que bem fundo calaram no reconhecimento de todos. Pelos visitantes respondeu a Colega Alice Serrano, bibliotecária-chefe do Ministério das Corporações, cujas palavras, que transcrevemos a seguir, traduziram o sentimento dos presentes pela recepção de que estavam sendo alvo:

«Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Quis V. Ex.ª, Sr. Presidente da edilidade desta linda e sempre aprazível cidade, ter a gentileza de nos receber nesta sua casa, distinção que a todos nos sensibiliza pelo que isto representa para nós: bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. Este tão especial acolhimento confunde-nos, pelo que me sinto embaraçada para, em nome dos meus Colegas e meu, revelar a V. Ex.ª o nosso particular reconhecimento por tão fidalga recepção, pois que há situações — e esta é uma delas — em que as palavras são pobres de sentido para exprimir, concretamente, o que nos vai na alma. Resta-me, assim, pedir a V. Ex.ª que dê o maior relevo possível, quanto à profundidade da nossa gratidão que, deste modo, pretendemos testemunhar-lhe.

Através do que conhecemos da pessoa de V. Ex.ª, todos os favores que vamos receber não nos causarão espanto, pois que, de antemão sabemos quanto V. Ex.ª é receptivo a tudo quanto se relaciona com a cultura; se sempre ao longo das nossas digressões de estudo nos fosse dispensada uma atenção de nível semelhante, que preciosos contributos para a nossa valorização profissional poderíamos recolher!

As reuniões deste tipo, da que vamos ter hoje aqui — juntando os bibliotecários, arquivistas e documentalistas das 3 primeiras cidades do País — têm sempre um interesse especial, não só por nos facilitarem o convívio com camaradas, o que para os elementos de uma mesma classe tem uma importância capital, como ainda pela oportunidade de troca de impressões de carácter técnico, factor imprescindível para não se parar adentro das matérias em causa. Em qualquer sector da ciência, o tentarmos avançar, a preocupação de nos mantermos actualizados deve estar sempre presente no espírito de todos nós.

E se não fora a manifesta generosidade de V. Ex.ª, apoiando, com todos os requintes, a nossa vinda a esta Figueira da Foz, tão requestada por nacionais e estrangeiros, seria destituída do interesse que, como técnicos das bibliotecas e arquivos, aqui viemos buscar — a visita às novas instalações da biblioteca municipal desta cidade.

Chegou agora a altura de evocarmos o nome do seu ilustre director — o sr. Prof. Vítor Guerra — que, com tanto carinho e incontestável simpatia, se ocupou das diligências necessárias, de molde a proporcionar-nos uma visita ao nível da sua sempre bem orientada e organizada biblioteca. Umhas instalações especiais para o fim a que se destinam são quase sempre portadoras de novidades várias que nos podem trazer ensinamentos úteis; a par disto, um funcionamento adequado às técnicas modernas traz, quase sempre, qualquer coisa de novo para qualquer de nós, além do interesse profissional de conhecermos as bibliotecas e arquivos do nosso País.

Assim queremos deixar aqui bem vinculada a nossa antecipada satisfação por tudo que vamos ver e ouvir, por estas horas agradáveis que temos a certeza vamos viver na Figueira da Foz, mercê, repito, da sua Câmara Municipal, ou melhor, do seu Presidente que tudo conjugou a fim de nos proporcionar uma recepção à altura da cidade de que ele é tão digno governante.

Vamos, pois, partir daqui cheios de boas recordações, temos a plena convicção disto, apesar de mesmo agora termos acabado de chegar; será, pois, grande a mágoa de nos afastarmos de um tão hospitaleiro ambiente aonde vamos ser rodeados de tantas manifestações de cordial simpatia.

E para terminar, em nome dos meus Colegas e meu, uma vez mais, Sr. Presidente, os nossos melhores agradecimentos por todas e tantas atenções, com o maior desejo de que possamos, de algum modo, ser úteis a V. Ex.^a numa primeira oportunidade».

Num dos restaurantes da cidade realizou-se o almoço oferecido pelo Município da cidade, tendo no fim do mesmo usado da palavra o Vereador do Pelouro da Cultura, Senhor Dr. Marcos Viana. Pelos visitantes falou o Dr. César Pegado, bibliotecário-chefe da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

A gentileza dos ilustres edis da Câmara Figueirense, com o seu Presidente à frente, foi ao ponto de nos terem acompanhado ainda até ao novo edifício da Biblioteca e do Museu Municipais.

A visita às futuras instalações deste estabelecimento, ao qual podemos augurar uma profunda influência no futuro cultural da cidade, foi guiada pela palavra atenta e pela explicação pormenorizada do seu Director, Senhor Prof. António Vítor Guerra que se revelou incansável na elucidação de todos os presentes.

Finalmente, numa das salas em acabamentos do edifício, realizou-se uma reunião de carácter profissional, orientada pela Colega Rosalina da Silva Cunha, com a activa participação de muitos dos assistentes.

A jornada da Figueira da Foz, que a todos deixou recordações inapagáveis, foi uma manifestação de carácter social e profissional relevante. «Cadernos» manifestam, de novo, à Ex.^{ma} Câmara que a proporcionou, o seu vivo reconhecimento e fazem votos por que a Figueira da Foz se enobreça, cada vez mais, no campo da cultura, onde já é hoje uma lúdima esperança.

Arquivo Distrital de Faro

No passado mês de Março o arquivo foi visitado pelo Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. Luís Silveira. Numa reunião de trabalhos com o respectivo conservador, Dr. Lopes de Brito, foi resolvido solicitar superiormente a instalação do arquivo em edifício próprio prevendo-se que o custo deste se elevará a cerca de mil contos.

Biblioteca Municipal de Aveiro

Movimento da biblioteca de Aires Barbosa: leitores 637 (610 de leitura diurna e 27 de leitura nocturna); requisições de livros 764, de jornais e revistas 15.

Biblioteca para crianças na Cooperativa «LUDUS»

Para coincidir com o Dia Internacional do Livro Infantil e com a abertura da sede da LUDUS, Círculo de Realizações para a Infância e a Juventude, foi inaugurada, no passado dia 2 de Abril, nas instalações daquela Cooperativa à Rua Gonçalves Viana, 16, rés-do-chão, uma pequena biblioteca de literatura infantil. A mesma está à disposição de todas as crianças que a procurarem e funcionará, provisoriamente, aos sábados, das 16 às 19 horas.

Novo Centro de Documentação e Informação Americana no I. S. C. S. P. U.

Foi oficialmente inaugurado o novo *Centro de Documentação e Informação Americana*, montado no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, o qual ficará a ser dirigido pelo dr. Henry Keith que, momentos antes da inauguração, proferiu uma palestra sobre «Emigração Portuguesa para os Estados Unidos».

Este Centro, cuja montagem foi possível graças à colaboração da Embaixada dos E. U., terá por finalidade satisfazer as necessidades de estudantes e professores do I. S. C. S. P. U. no que se refere ao acesso a informações sobre os Estados Unidos na sua perspectiva histórica e em toda a diversidade da sua evolução.

Disporá, para o efeito, de uma biblioteca (em inglês) e de um serviço de documentação cinematográfica. Por outro lado, está a ser elaborado um programa de realizações, incluindo palestras relacionadas com o ensino da língua inglesa.

Por 16 países foi estudada em Lisboa a normalização da documentação

Com a participação de 16 países decorreram em Lisboa, a convite da Repartição de Normalização da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, membro português da Organização Internacional de Normalização (I. S. O.), os trabalhos preparatórios da próxima reunião plenária da respectiva Comissão Técnica n.º 46, dedicada à Normalização da Documentação científica, técnica e cultural.

Os trabalhos iniciaram-se com sessões dedicadas ao estudo da «terminologia da documentação», tendo prosseguido com o estudo do referido tema, da «conversão de línguas escritas», como a chinesa, a japonesa, a árabe e a hebraica, da «codificação dos nomes de países» (assunto de que Portugal detém presentemente o Secretariado), da «codificação numérica de livros e publicações periódicas» e da «automatização da documentação».

A delegação portuguesa, a que presidiu o dr. Mário Nunes Costa, presidente da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização da Documentação, era constituída por um grupo de peritos em que se incluíam representantes do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Junta Nacional da Educação, Instituto de Alta Cultura, Universidade de Coimbra e Universidades Técnica e Clássica de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Junta de Investigação do Ultramar, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, Fundação Calouste Gulbenkian, C. U. F., Shell Portuguesa e Sacor.

As Feiras do Livro de Lisboa e Porto

A 41.^a Feira do Livro realizou-se, este ano, de 21 de Maio a 13 de Junho, em Lisboa, e de 15 de Maio a 6 de Junho, no Porto. Tratando-se de uma tradição vincadamente enraizada nas actividades culturais destas duas cidades, não deve admirar o interesse que regista de ano para ano. A Feira absorve livreiros, editores e público, dilata as suas dimensões, conquista novos espaços, adquire maior amplitude.

Em Lisboa foram abertos mais onze pavilhões, num total de 80; o ano passado tinham sido 74. Nesta progressão, não tardará muito — confessava um importante diário lisboeta — que tenhamos uma Feira quilométrica, dos Restauradores ao Marquês. E, dizemos nós, se isso acontecer, todos estaremos de parabéns — será prova de interesse do grande público pela sua própria promoção cultural e valorização mental.

Além dos pavilhões dos agremiados, contavam-se também os da Agência Geral do Ultramar, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta de Investigações do Ultramar. Presente também uma agência bancária apta a fazer todas as operações monetárias, o que representava uma vantagem de vulto uma vez que o funcionamento da Feira se processava a horas em que estavam encerrados os bancos.

O acto inaugural da Feira foi presidido pelo Chefe do Estado com a assistência dos Ministros da Educação Nacional, Ultramar e Corporações, Secretário de Estado da Informação e Turismo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, instituição que mais uma vez patrocinou o certame, Dr. Fernando Guedes e Luís Forjaz Trigueiros, da Direcção do Grémio dos Editores e Livreiros, ao qual se deve a organização da Feira, e outras individualidades. O Dr. Fernando Guedes dirigiu palavras de saudação ao Chefe do Estado, afirmando a certa altura:

«Bem precisam os editores e livreiros de Portugal de se sentir acarinhados pelas mais altas autoridades do País. Todos temos a consciência da importância do papel que desempenhamos na vida nacional; dos espinhos que são inerentes à nossa profissão; nem sempre sabemos se as dificuldades e carências com que lutamos no dia-a-dia são devidamente avaliadas e compreendidas.

«No mundo tecnicista que nos rodeia — e que, ao fim e ao cabo, também vamos ajudando a construir — os números frios das estatísticas acusam-nos irremediavelmente de contarmos muito pouco na formação do rendimento nacional. Qualquer milhão de contos talvez chegue para valorizar quantitativamente o universo do nosso negócio. E contudo, o Chefe do Estado, ministros, secretários e subsecretários de Estado, estão todos os anos prontos a perder algumas horas connosco, a vir, com o povo de Lisboa, até à Avenida, inaugurar a Feira do Livro.

«É que a mercadoria que nós vendemos, sabe-o Vossa Excelência, sabem-no Vossas Excelências muito bem, não pode, jamais, ser avaliada pelo seu valor em escudos. Os quinze escudos de uma pasta dentífrica e os quinze escudos de uma obra de Platão, os duzentos escudos de uma gravata e os duzentos escudos de um tratado de economia são quantias incomparáveis — incomparáveis sob qualquer óptica, mesmo na daqueles que comprem a gravata e não gastam quinze escudos no livro de Platão.

«Por isso nos sentimos magoados, tanta vez ao longo do ano, quando a cada porta que batemos, numa ou noutra repartição, numa ou noutra empresa pública, para tentar obter algum tratamento diferente para a nossa mercadoria que é diferente, a porta é fechada com um regulamento, com uma portaria, com um decreto, feitos para regulamentar a vida industrial ou comercial normais. Aqui e além, um funcionário menos assoberbado de trabalho, aqui e além um membro do Governo, tem uma atitude simpática e colaborante, vira a lei do avesso a ver

se encontra a ponta da meada que nos possa ajudar — e se ao cabo e ao resto a ponta não surge, nós partimos, de qualquer modo, confortados, porque encontramos alguém que, ao menos, compreendia a especificidade da nossa missão».

Como nos é impossível dar conta de todas as actividades culturais de que a Feira foi palco, limitamo-nos a referir que o já tradicional «Dia do Bibliotecário» foi comemorado, este ano, a 4 de Junho. Nesta data, pelas 18 horas, compareceram no Pavilhão do Grémio muitos bibliotecários que foram recebidos à entrada pelos srs. Dr. Fernando Guedes, presidente da Direcção, Forjaz Trigueiros e Eng.º Eduardo Ferreira, directores daquele organismo corporativo, estando ainda presentes os srs. Dr. Rui Dinis Neto, José Sequeira e Castro e Silva, da Comissão da Feira.

Em nome dos seus Colegas, a Dr.ª Rosalina da Silva e Cunha agradeceu a gentileza da recepção, afirmando nomeadamente que o Grémio dos Editores e Livreiros tem testemunhado publicamente o seu apreço pelos bibliotecários, facto que punha, com grato prazer, em evidência. Terminou por felicitar, na pessoa do Presidente do Grémio, aquele organismo «pela luta que tem mantido na divulgação do livro, pela sua contribuição para a promoção da cultura e o esforço que vem fazendo no sentido de renovar a indústria editorial, preparando-a para satisfazer os três grandes mercados que surgem: o da educação, o dos tempos livres e o da informação».

Em breve improviso, o Presidente da Direcção do Grémio agradeceu as palavras proferidas, tendo depois convidado os bibliotecários presentes a visitar o recinto da Feira onde se encontravam expostas muitas obras da especialidade.

A Feira do Livro, no Porto, que foi inaugurada pelo Subsecretário de Estado da Administração Escolar, Dr. Justino Mendes de Almeida, manteve-se aberta, como atrás dizemos, de 15 de Maio a 6 de Junho. Contou 34 pavilhões, todos de concepção moderna e elegante, dispostos na Praça do Município, em redor da estátua de Garrett. Nos anteriores anos, o recinto utilizado fora a Praça da Liberdade, de dimensões acanhadas e demasiado próximo do movimento da urbe.

Como sempre, foi o Grémio dos Editores e Livreiros, através da sua delegação no Porto, que organizou o certame, contando, este ano, com o patrocínio da Câmara Municipal. Estas duas Instituições achavam-se representadas por outros tantos pavilhões montados na parte central e à frente, tendo sido o Gabinete de Cultura da referida Câmara que tomou sobre si o encargo de representar esta última.

À semelhança da sua congénere de Lisboa, também a Feira do Porto apresentou inovação curiosa: uma agência instalada pelo Banco Português do Atlântico — que proporcionava toda a espécie de informações bancárias.

Igualmente nos é impossível referir todas as actividades culturais que rodearam a Feira do Porto. Limitamo-nos, por isso, a algumas notas mais significativas. Primeira delas, o patrocínio e interesse que a Câmara portuense demonstrou pela Feira que se abria mesmo à sua porta. E esse interesse não se traduziu apenas em apoio material. O Presidente da Câmara, assim como os Vice-Presidentes e Vereadores, colaboraram nos objectivos do certame, preferindo alocações, fazendo palestras, inspirando concursos e prémios escolares. Por esse motivo, esta 41.ª Feira do Livro no Porto caracterizou-se pela presença da juventude — e foi esta talvez a sua mais vincada inovação.

Efectuaram-se ainda visitas guiadas de estudantes à Feira, como as dos alunos da Escola Ramalho Ortigão e do Liceu Garcia da Orta. Em 30 de Maio foram entregues os prémios, constituídos por obras seleccionadas, aos alunos de diversos estabelecimentos de ensino que

tinham apresentado, na sua disciplina de Português, as melhores redacções sobre o livro e a sua importância cultural.

Ainda dentro do campo da colaboração da juventude, podemos salientar o recital de poesia declamada de autores portugueses e brasileiros realizado, em 1 de Junho, por um grupo de alunos de Filologia Românica da Faculdade de Letras.

A todas estas realizações podemos acrescentar as sessões de autógrafos de autores consagrados, as conferências por várias personalidades ligadas ao mundo da cultura, as comemorações do «Dia do Brasil» (22 de Maio) e outras iniciativas já realizadas noutros anos mas que nesta 41.ª edição da Feira tiveram maior alcance e significado. Por todas estas razões, cremos que a delegação portuense do Grémio dos Editores e Livreiros, a cujos destinos presidem Carlos Carneiro e o Arquitecto Moura Bessa, se acha no caminho mais certo para a promoção cultural do livro na segunda cidade do País.

Exposição Bibliográfica na Faculdade de Letras de Coimbra

A Biblioteca Central da Faculdade de Letras de Coimbra organizou, no passado mês de Agosto, uma exposição bibliográfica de obras de Professores daquela Faculdade e teses de licenciatura dos alunos dos últimos três anos. A exposição reuniu cerca de sete dezenas e meia de obras e separatas de Professores e cerca de quatro dezenas e meia de teses de licenciatura que mereceram distinção. Figuravam também as revistas da Faculdade — *Biblos*, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, *Brasília*, *Conímbriga*, *Humanitas*, *Revista de História Literária de Portugal*, *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, *Revista Portuguesa de Filologia*, *Revista Portuguesa de História* e *Revista Portuguesa de Pedagogia*.

Exposição «Povos do Mar» na Biblioteca Pública Municipal do Porto

No passado mês de Junho realizou-se na Sala «Vitorino Ribeiro» da Biblioteca Pública Municipal do Porto uma exposição sobre a O. T. A. N. — Aliança dos Povos do Mar. Na exposição, da iniciativa da Delegação da Secretaria de Estado de Informação e Turismo e da Comissão Portuguesa do Atlântico, foram apresentadas cerca de 69 fotografias relativas à vida dos quinze países da Aliança Atlântica, estando o nosso país expressivamente representado.

Dia Internacional do Livro Infantil

Promovido pelo International Board on Books for Young People comemora-se todos os anos o Dia Internacional do Livro Infantil.

No nosso País as comemorações são patrocinadas pela Mocidade Portuguesa, a cargo de quem está a atribuição de prémios, e realizam-se em todos os centros de actividades circun-escolares do Ensino Primário e do Ciclo Preparatório.

O tipo de manifestações culturais depende das possibilidades da escola, do meio e dos alunos, compreendendo a realização de pequenos concursos de cartazes alusivos a este dia, bem como de jornais de parede, reportagens e entrevistas sobre o mesmo tema; colóquios sobre as leituras preferidas das crianças; visitas a exposições de livros infantis (livrarias e bibliotecas); organização de exposições de desenhos e de livros, nas salas de aula e nas escolas, pelos

próprios alunos; sessões de leitura comentadas pelas crianças, teatro infantil, audições de discos com recitativos e narrações de contos.

A título exemplificativo, diremos que em Montargil os alunos das escolas primárias e da telescola comemoraram o Dia Internacional do Livro Infantil com leituras, recitativos, diálogos e teatro de fantoches. O director das escolas falou sobre o significado do dia dedicado ao livro infantil.

Com exemplares da biblioteca da escola, da Casa do Povo e de alguns particulares, esteve patente uma exposição de livros infantis decorada com desenhos e quadras alusivas ao livro e à leitura além de vários dísticos.

Portugal no III Festival Internacional do Livro

De 26 a 31 do mês de Maio realizou-se em Nice o III Festival Internacional do Livro.

A presença de Portugal neste certame teve este ano especial justificação, pois em 1970 foi atribuído ao escritor português Ferreira de Castro o mais alto galardão, a «Águia de Ouro».

Ao inaugurar oficialmente o Festival, o ministro francês da cultura Jacques Duhamel demorou-se algum tempo no Pavilhão de Portugal.

Logo a seguir à cerimónia inaugural, e sob a presidência de Ferreira de Castro, principiaram as reuniões do júri internacional para atribuição do prémio deste ano.

A senhora de Jacques Medecin, representando seu marido, deputado e presidente do Município de Nice, visitou, acompanhada de Ferreira de Castro, o pavilhão português onde lhe foi oferecido o livro «Armorial Português».

Prestaram colaboração com as suas publicações a Fundação Calouste Gulbenkian, a Agência-Geral do Ultramar, o Instituto dos Meios Áudio-Visuais do Ensino, as nossas Universidades e Bibliotecas e a Câmara Municipal do Porto.

Catálogo «A Geração de 70» — Edição da Fundação Gulbenkian

A Fundação Gulbenkian, pelo seu Centro Cultural Português de Paris, editou um catálogo sobre a «Geração de 70». Nele se marcam os pontos fundamentais da «Exposição Bibliográfica e Iconográfica», organizada por aquele Centro e inaugurada recentemente.

Num «Avant-Propos», o prof. dr. Joaquim Veríssimo Serrão, director do Centro Cultural Português de Paris, traça uma panorâmica do papel histórico e da obra literária das principais figuras da «Geração 70» e as suas relações com a cultura francesa.

O catálogo da exposição dá-nos conta do valor das edições originais, das obras de toda a espécie, gravuras, documentos, etc., que através da exposição «fazem reviver uma época da vida portuguesa — a que compreende os trinta últimos anos do século XIX e o princípio do século XX — mostrando o que foi a influência dessa elite, da qual se destaca Eça de Queirós, Ramalho, Oliveira Martins, Antero de Quental, Gomes Leal, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, e a sua actividade de que se relembram as campanhas contra a Escola Romântica, as conferências do Casino, etc.»

O prof. Veríssimo Serrão mostra-nos na sua Introdução, de belo perfil literário e perfeitamente exactidão histórica, os traços vivos das influências francesas em alguns escritores portugueses, desde o «espírito crítico de Renan, o positivismo de Comte, o intelectualismo de Taine e de Edgar Quinet, ao ideal socialismo de Saint-Simon e de Proudhon».

O catálogo foi organizado pelo Centro Cultural Português e a exposição dividida em IV partes: I — O Portugal dos meados do século XIX ao Ultimatum de 1890, abrangendo obras gerais, Reis de Portugal (D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos I); políticos e parlamentares. Memórias históricas e políticas, Sociedade-Economia, Relações Exteriores e Portugal visto pelos estrangeiros. II parte — A Geração de 70 — «Jalons» de um percurso — A Questão Coimbrã, 1865-66; Interesse pelos assuntos franceses, 1870-71; As conferências do Casino, 1871; Viagem à roda da Parvónia, 1879; o Tricentenário da morte de Camões, 1890. Do grupo dos cinco ao grupo dos Onze, 1884-1889. O ultimato, 1890. Estudos e Artigos sobre a Geração de 70. III parte — Os escritores evocados — Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Gomes Leal. IV parte — Outras figuras da Geração de 70 — Três vedetas: Teófilo Braga, Rafael Bordalo Pinheiro e Guerra Junqueiro; e Escritores Menores: Alexandre da Conceição, Manuel Pinheiro Chagas, Júlio Lourenço Pinto, Luciano Cordeiro, Guilherme Braga, Sousa Viterbo, Sanches de Frias, Gonçalves Crespo, Cândido de Figueiredo, Adriano Antero, Gabriel Pereira, Maria Amália Vaz de Carvalho, Silva Pinto, Teixeira de Queirós, Alberto Pimentel, Gervásio Lobato.

Há ainda neste belo catálogo sobre a Geração de 70 e a Exposição Bibliográfica e Iconográfica um Apêndice em que se tratam as figuras de Ramalho e de Guilherme de Azevedo e também de António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco e Bulhão Pato, considerados vítimas dos «revolucionários» da Geração de 70.

A exposição constituiu um magnífico repositório de documentação em que sobressaíram obras de grande valor histórico e literário, a par da inclusão de raridades bibliográficas, gravuras dos artistas e dos escritores da época, caricaturas, etc., num total de cerca de 500 magníficos documentos a atestar a grandeza histórico-literária de uma geração como foi a de 70 e cujo centenário há pouco se comemorou.

Projectos R e D em Documentação e Biblioteconomia. 1971, n.º 1

Durante o ano de 1970 foi desenvolvido um novo serviço de referência dentro do Secretariado Geral da FID. Este serviço, de referência da investigação (FID/RRS), inclui todas as espécies de projectos de investigação e desenvolvimento, experiências, etc., no campo da documentação, da ciência da informação, biblioteconomia e campos afins realizados desde o começo de 1968. A FID-RRS reuniu dados sobre cerca de 1000 projectos R e D de 30 países. Estão previstos acordos com a UNESCO e a FIAB.

A FID/RRS é um serviço de amplitude mundial que cobre e completa ambos os organismos no progresso e planeamento dos projectos. As suas principais tarefas são: a) dar a informação actual e retrospectiva sobre as actividades da investigação; b) facilitar os contactos entre documentalistas, cientistas da informação e bibliotecários.

Os dados sobre os projectos R e D são reunidos através da leitura (publicada ou não), tão completa quanto possível, e por meio de questionários enviados às instituições e pessoas interessadas na investigação. Os questionários contêm os seguintes dados: 1 — Instituição e endereço; 2 — Nome da(s) pessoa(s) encarregada(s) do projecto; 3 — Corpo responsável, fontes do suporte financeiro; 4 — Datas do projecto (começo, duração, fim); 5 — Título do projecto (com pequenas anotações); 6 — Objectivo do projecto; 7 — Publicação(ões) respeitante(s) ao projecto (informação); 8 — Relatório final (citação bibliográfica completa ou, se o projecto não está ainda completo, a data prevista da publicação).

Os questionários são da competência do Secretariado da FID.

Iniciada em Janeiro de 1871, a FID/RRS oferece os seguintes serviços:

— Serviço corrente de informação — lista mensal dos projectos R e D.

As duas primeiras edições da lista (Fevereiro e Março de 1971) estão livres de encargos para os subscritores do Boletim da FID. A partir da edição de Abril, as restantes edições de 1971, estarão à disposição por 50 florins holandeses (a título experimental).

— Investigações retrospectivas — a informação respeitante a projectos será dada ao investigador pelo preço de 10 florins holandeses para o 1.º projecto e 5 florins para cada projecto adicional.

Os membros da FID e filiados terão um desconto de 25%.

Title of the project:

Serials automation project

Institution and address:

The Library of New South Wales, Sydney,
Australia

Title of the project:

Development of SDI services

Institution and address:

Chemie-Information und Dokumentation
Berlin, 39
Geisbergstrasse, 1000 Berlin 30, Germany

Title of the project:

Indexing for documentary information retrieval

Institution and address:

Construction Industry Research and Infor-
mation
Association (CIRIA), 6 Storey's Gate,
Westminster, London S. W. 1

Title of project:

Fragment code for organic structure

Institution and address:

Centrul de documentare stiintifica al Aca-
demiei
R. S. România, str. Gutenberg 3 bis,
Bucarest, Romania

Title of the project:

*Selective dissemination of pharmaceutical infor-
mation (domestic and foreign) especially on the
safety of drugs*

Institution and address:

Japan Pharmaceutical Information Centre,
Honei
Building, 4-2 Nihonbashi-Honcho, Chuo-
-Ku, Tokyo, Japan

Title of the project:

Information needs in the textile industry

Institution and address:

Norwegian Institute for Textile Research,
Forskningsveien 1, Oslo 3, Norway

Title of the project:

Some problems of dissemination and retrieval of information in the field of sociology of education

Institution and address:

University of Oxford Department of Education, Oxford, U. K.

Title of the project:

Österreichische Rechtsdokumentation — EDV: Versuchsprojekt Verfassungsrecht (Austrian juridical documentation — EDP: Experimental project on constitutional law)

Institution and address:

Administrative Bibliothek und Österreichische Rechtsdokumentation in Bundeskanzleramt, Herrengasse 23, A-1010, Vienna, Austria

As bibliotecas escolares na América Central e no Panamá

A UNESCO, com o concurso do Ministério da Educação da Guatemala, realizou um Encontro de peritos de bibliotecas escolares da América Central (Guatemala, 29 de Julho a 2 de Agosto de 1968) — no qual foram debatidos os pontos seguintes:

1. Situação actual das bibliotecas escolares na América Central e Panamá;
2. Princípios de uma política de desenvolvimento das bibliotecas escolares;
3. Meios de integração dos serviços de bibliotecas escolares nos planos nacionais do sistema educativo;
4. Estado de adiantamento do projecto-piloto quinquenal relativo a bibliotecas escolares e à formação de bibliotecários na América Latina.

O relatório aprovado na reunião compreende vários capítulos: 1) análise dos principais factores que influem no desenvolvimento das bibliotecas escolares na região em causa; 2) funções da biblioteca escolar no processo educativo; 3) planificação dos serviços de bibliotecas; 4) bases da organização de uma rede nacional de bibliotecas escolares; 5) financiamento das bibliotecas escolares; 6) biblioteca pedagógica; 7) ensino da biblioteconomia nos estabelecimentos de formação pedagógica.

Os participantes chegaram a resultados concludentes como sejam: 1) importância do papel que as bibliotecas podem ter no progresso da educação; 2) reconhecimento, por parte das autoridades ligadas à Educação, da utilidade e necessidade das bibliotecas escolares; 3) definição da extensão, estrutura e modalidades de funcionamento de uma rede nacional de bibliotecas escolares integradas no sistema de ensino; 4) elaboração de um plano para o desenvolvimento dos serviços de bibliotecas no qual se integram: a) análise da situação actual; b) inventário das necessidades; c) definição dos objectivos a atingir.

De acordo com o plano preestabelecido prevêem os participantes que em 1972 já a América Central poderá oferecer serviços de bibliotecas a 50% dos alunos de escolas secundárias e a 25% dos das escolas primárias, representando o total das despesas 1,5% do orçamento destinado à educação.

Os documentos de trabalho e o relatório final do Encontro podem ser obtidos através do Département de la Documentation des Bibliothèques et des Archives, Unesco, place de Fontenoy, Paris 7.^e, France.

Bibliotecas médicas da Colômbia

Em 8 de Junho de 1970 os bibliotecários médicos da Colômbia reuniram-se em Bogotá para estudarem a coordenação do trabalho entre todas as bibliotecas médicas do país com o objectivo de tornar mais bem conhecidos e aproveitados os recursos e serviços que estas últimas podem prestar. Nessa reunião participaram, além dos bibliotecários, diversas individualidades dedicadas ao ensino médico e directores das Faculdades de Medicina.

Entre as decisões tomadas pode referir-se a organização de um Seminário Nacional de Bibliotecários Médicos o qual, em princípio, terá a missão de estudar os seguintes temas:

1. Conhecimento da situação e condições de trabalho das diversas bibliotecas biomédicas.
2. Normalização de processos.
3. Promoção das bibliotecas.
4. Elaboração de uma lista unificada de publicações periódicas.

Nova Escola de Bibliotecários em Espanha

O constante aumento do nível cultural no país trouxe como consequência o alargamento das redes de bibliotecas públicas e o desenvolvimento de bibliotecas de empresas e de instituições privadas. Mas este crescimento impõe, paralelamente, um número cada vez maior de pessoal qualificado nas bibliotecas e uma preparação profissional cada vez mais exigente, de harmonia com as necessidades crescentes da informação bibliográfica, designadamente nos centros de documentação, sobretudo quando virados para a investigação científica.

Existem em Espanha vários estabelecimentos de ensino especializado para bibliotecários, mas estes já não podem responder à procura de hoje e, com muito mais razão, à procura de amanhã.

Assim, a Universidade de Navarra criou em Pamplona uma nova escola de bibliotecários cujo curso tem a duração de três anos e o seguinte plano de estudos:

Primeiro grau: Metodologia das ciências I; história do livro e das bibliotecas I; técnicas biblioteconómicas; técnica do livro; constituição de catálogos I; latim I; francês; introdução à teologia; métodos administrativos.

Segundo grau: Metodologia das ciências II; história do livro e das bibliotecas II; constituição de catálogos II; classificação I; latim II; inglês; teologia fundamental I.

Terceiro grau: Documentação; constituição de catálogos III; classificação II; organização dos arquivos e paleografia; alemão; teologia fundamental II.

Desenvolvimento da investigação sobre documentação

No decorrer de uma reunião consultiva sobre o programa futuro da UNESCO nesta matéria (Paris, 21 e 22 de Maio de 1970) foram elaboradas várias recomendações:

1. Os Estados membros e os organismos internacionais enviarão regularmente à Unesco (sob forma normalizada):

- 1.1 Listas anotadas de projectos de investigação em curso ou futuros;
- 1.2 Listas dos relatórios de investigação, acompanhados, se possível, de resumos (nas línguas de trabalho da Unesco);
- 1.3 um exemplar de cada relatório.

2. Cada Estado membro deveria encarregar uma instituição de dirigir essas actividades e de responder às consultas sobre as actividades de investigação no seu país.

3. Cooperação da Unesco com a FID para a prossecução de vários objectivos:

3.1 Registo internacional dos projectos de investigação;

3.2 Registo internacional dos relatórios de investigação;

3.3 Lista dos relatórios disponíveis para a unidade encarregada de executar tais tarefas;

3.4 Acessibilidade da informação contida nesses documentos, através de:

3.4.1 Informação corrente;

3.4.2 Investigação com vista a consultas particulares.

4. No intuito de facilitar a informação sobre a investigação, os Estados membros deveriam aplicar as disposições da Convenção relativa a intercâmbios internacionais de publicações e da Convenção relativa a intercâmbios de publicações oficiais e documentos governamentais entre Estados.

5. Em colaboração com os organismos internacionais competentes, a Unesco deveria encorajar a normalização para os trabalhos de documentação, promovendo estudos regulares das normas existentes (nacionais e internacionais).

6. A Unesco, em estreita colaboração com a FIAB e a FID, deveria interessar-se pela elaboração de uma terminologia respeitante a bibliotecas e documentação, de dicionários multilingues, etc.

7. A Unesco deveria apoiar a investigação tendente a transformar os serviços de documentação e de bibliotecas em unidades de informação nos dois domínios considerados. A investigação seria especialmente dirigida para:

7.1 Tratamento do novo material de documentação (por ex., o áudio-visual, informações armazenadas nos bancos de dados, etc.);

7.2 Normalização dos métodos e actuação das bibliotecas (por ex., sistemas de indexação e de classificação);

7.3 Realizações comuns no que respeita a organização das bibliotecas e de redes de bibliotecas (política comum em matéria de aquisições, controle do empréstimo, organização do armazenamento, mecanismos de pesquisa da informação, etc.);

7.4 Mecanização desses processos.

Depois da aprovação da Conferência Geral da Unesco, estas propostas deverão fazer parte do programa futuro da Organização no que respeita ao apoio à investigação em matéria de documentação.

Association of Scientific Information Dissemination Centers

A ASIDIC é constituída por centros de informação dependentes de universidades, por organismos industriais e outros de finalidade não lucrativa. Os seus objectivos são os seguintes:

1. promover a aplicação das técnicas de armazenagem e recuperação da informação em vastos conjuntos de dados relativos a referências bibliográficas de textos e factos, simultaneamente;

2. permitir o intercâmbio de conhecimentos e informações por meio de reuniões, estágios e grupos de trabalho;

3. recomendar a adopção de normas relativas à escolha de dados, à sua disposição e codificação;

4. desenvolver os trabalhos de investigação com o intuito de permitir uma utilização mais eficaz de conjuntos de dados heterogéneos.

Instituto Bibliográfico Hispânico

Por efeito do decreto n.º 642 de 26 de Fevereiro de 1970 foi criado o *Instituto Bibliográfico Hispânico* como órgão da Direcção Geral dos Arquivos e Bibliotecas e dependente do Ministério da Educação e das Ciências. O Instituto tem por objectivo agrupar o Serviço de Depósito Legal, o Serviço Nacional de Informação Bibliográfica e a Comissão Nacional de Coordenação e de Planificação Bibliográficas. Entre as funções do novo Instituto assinalam-se: 1) reunir as obras de bibliografia publicadas em Espanha (em conformidade com as disposições legislativas que regem o depósito legal); 2) redigir e publicar com regularidade a bibliografia nacional, de forma a facilitar a rapidez da sua difusão; 3) *centralizar as operações de catalogação e de classificação de todas as obras impressas em Espanha* com o fim de possibilitar a uniformidade e o fornecimento de fichas aos interessados; 4) informar sobre a produção bibliográfica em língua espanhola e sobre as bibliografias estrangeiras relativas à Espanha e à sua cultura; 5) propor acordos acerca da informação bibliográfica e realizar os compromissos decorrentes de tais acordos; 6) estudar as medidas capazes de assegurar uma difusão eficaz da bibliografia.

Recomendações formuladas na I Reunião Colombiana sobre Informação e Documentação Económica

Esta reunião, que se efectuou recentemente na Colômbia, formulou várias propostas e recomendações, entre elas a da elaboração de um «Manual sobre a metodologia da investigação económica» e da criação do catálogo colectivo nacional de livros e publicações periódicas de carácter económico.

Foi decidido igualmente solicitar à Escola Interamericana de Bibliotecologia de Medellín, à qual já se devem iniciativas biblioteconómicas de grande alcance para a América Latina, que tome a seu cargo a organização de um curso destinado a bibliotecários que trabalhem em instituições económicas.

Conferência Internacional sobre a formação universitária dos bibliotecários

A 3.ª Conferência internacional sobre a formação universitária dos bibliotecários nos Estados socialistas realizou-se em Leninegrado, de 26 a 28 de Junho de 1968.

Assistiram às reuniões representantes de institutos universitários de biblioteconomia dos seguintes países: Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Checoslováquia e União Soviética.

Foram lidas comunicações sobre os seguintes temas: maior exigência na formação biblioteconómica; papel da iniciação em sociologia; formação de quadros especializados para a informação e documentação; relação entre biblioteconomia e as actividades de informação e de documentação; papel dos trabalhos práticos na formação biblioteconómica.

No final dos debates os participantes recomendaram a adopção de medidas concretas como: o intercâmbio entre países socialistas de professores e grupos de estudantes de biblioteconomia e troca de correspondência permanente entre organizações de estudantes das faculdades de biblioteconomia; permuta sistemática de publicações e de informações sobre projectos de actividades científicas; organização de uma série de colóquios sobre problemas de biblioteconomia e informação.

O Instituto de Estado de Leninegrado para a Cultura publicará todos os documentos desta conferência.

Convenção internacional sobre apropriação ilegal de bens de cultura nacionais

As medidas tomadas para impedir a exportação, a importação e as trocas ilegais de propriedades de bens culturais vão ser objecto de uma convenção internacional. O projecto está a ser estudado por especialistas e juristas que representam 40 Estados membros da Unesco.

O projecto prevê da parte dos Estados participantes na convenção um reconhecimento de que este facto constitui uma das causas principais do empobrecimento do património cultural dos países de origem, e que só uma colaboração internacional é susceptível de proteger eficazmente os respectivos bens culturais contra todos os perigos. Nos termos deste instrumento os mesmos Estados propõem-se combater as ditas práticas pelos meios ao seu alcance, eliminando as causas, e tomando todas as medidas possíveis para as reparações que se impõem. Entre as medidas a aplicar figura a instituição de serviços nacionais de protecção e de certificados apropriados de exportação. O texto deste projecto terá em conta os comentários e observações formuladas pelos Estados membro da Unesco, aos quais o anteprojecto foi comunicado em Agosto último. Uma vez analisado pelos peritos governamentais, o projecto da convenção será submetido à Conferência Geral da Unesco.

O livro como meio de educação permanente

O Ministro da Educação Nacional da França, ao inaugurar a Biblioteca Municipal de Massy, em Paris, pronunciou um discurso cheio de interesse para todos os que têm de lidar com o livro.

Passamos a transcrever alguns dos passos desse discurso.

Depois de felicitar Massy pela sua nova biblioteca, afirma:

«Se faz falta recordar a importância crescente na nossa civilização do uso do livro, terá que assinalar-se que essa importância consiste em primeiro lugar num equilíbrio necessário em tempos como os actuais, dominados pelo fenómeno dos meios áudio-visuais e da informação instantânea e fugaz. O livro protege o indivíduo contra essa agressão, e se bem que lê-lo exija tempo, a verdade é que ele realiza a personalidade humana e fá-la livrar-se do perigo que a ameaça».

Mais adiante continua:

«O livro responde, com efeito, a três exigências neste domínio (*da educação permanente*): a qualidade da formação, a individualização das tendências e a superação da escravidão aos horários. O livro é um mestre sempre disponível, ao qual se pode pedir o ensino que se deseje, no momento que se deseje. Esta agilidade de emprego, que os meios áudio-visuais conheceram somente através de cassettes, é característica do livro desde sempre».

E ainda:

«A escola é anterior ao livro e todavia não o assimilou realmente, o que é uma das razões pelas quais os franceses, que na escola não foram acostumados à leitura, lêem muito pouco. É necessário que ao organizar a educação permanente se tenha em conta as consequências da invenção de Gutemberg, porque uma grande contribuição do seu invento deve ser oferecer e guiar a escolha dos meios adequados para a autoformação.

Por tudo isto, convencidos de que a conexão administrativa entre as bibliotecas e a educação nacional não é somente uma herança do passado, mas que representa uma boa oportunidade para o futuro, devemos explorá-la na forma mais adequada».

Mais adiante diz:

«A difusão do livro tropeça com o obstáculo económico do seu custo para o consumidor individual. As bibliotecas têm de resolver esta dificuldade, posto que justapor a um baixo consumo individual um escasso consumo público não é útil para o interesse de ninguém, quer se trate da pessoa ou da colectividade, e é certo que uma abundante difusão do livro quase gratuitamente, ao criar e cultivar a necessidade da leitura, desenvolverá como consequência lógica o gosto e a necessidade de possuir livros próprios. Para franquear esta linha é necessário aproximar o livro dos leitores potenciais e, portanto, multiplicar os pontos de serviço e empregar os sistemas de empréstimo. Cada dia nas cidades, nos subúrbios e no campo, em qualquer sítio em que uma biblioteca ou um bibliobus permita ao público ter acesso a livros que estão de acordo com as suas preocupações e gostos, o êxito é imediato, a leitura estende-se e chega a ser para muitos um vício, graças a Deus um vício que ninguém castiga porque é honesto».

Explica depois que, atendendo a este facto, a França está a pôr de pé uma verdadeira rede de bibliotecas, começando pela criação, em cidades de menos de 20 000 habitantes, de bibliotecas centrais de empréstimo com um conjunto de bibliobus ou de depósitos fixos onde o empréstimo é feito directamente.

A partir de 1968 o Estado financiou a criação de bibliotecas públicas que passaram de 35% a 50% e em consequência deste impulso mais de sessenta cidades comunicaram ao Ministério os seus projectos, tanto de bibliotecas centrais, como móveis.

Este esforço, porém, salienta, será inútil se bibliotecários e professores não conseguirem inculcar nos jovens o gosto pela leitura.

O Ministro prossegue:

«O hábito e o gosto de ler adquire-se durante a infância e mais particularmente na escola elementar e nos primeiros cursos do ensino primário».

E a terminar afirma:

«Para levar adiante as tarefas que nos propomos e, especialmente, a da educação permanente, é de toda a evidência que as bibliotecas têm necessidade de um pessoal competente, corpo que não somente responda às exigências científicas de uma classificação completa e mais necessária do que em tempos anteriores, mas capaz de dar animação às salas de leitura e de fazer da biblioteca um centro de atracção».

O que Olivier Guichaud diz está adequado à situação no nosso País, onde as bibliotecas são escassas e as que existem descumrem o seu papel educativo. São bibliotecas mortas, sem iniciativas, sem atracção para os leitores, particularmente para os mais jovens.

Produção mundial de livros

Segundo um relatório recente da Unesco a produção de livros em todo o mundo no decurso de 1970 elevou-se a cerca de 500 000 títulos com sete a oito biliões de exemplares, situando-se actualmente a taxa anual de crescimento do livro em cerca de 4% para os títulos e 5% para os exemplares. Nestes últimos dez anos a produção mundial de títulos duplicou, enquanto que a de exemplares triplicou.

Contudo, há a assinalar um «profundo desequilíbrio» na explosiva produção livreira: em 1970, trinta e nove países (isto é, menos de um terço da população humana) produziram mais de quatro quintos do total de livros no mundo, facto que denuncia a existência de uma zona de extrema carência abrangendo quase toda a África (com excepção da África Austral),

toda a América Latina (com excepção do Brasil) e toda a Ásia (salvo o Japão e talvez a China Continental ⁽¹⁾).

Por proposta da Unesco o ano internacional do livro (que decorrerá em 1972) será orientado para o tema: «Livros para todos».

Emissões radiofónicas sobre as bibliotecas

A O. R. T. F. consagrou ao livro e à leitura, de 16 a 20 de Novembro de 1970, a sua emissão semanal «Cinq jours pour agir». O seu objectivo foi o de sensibilizar o grande público para todas as questões relativas ao livro: criação, edição, difusão pelos livreiros e venda por correspondência, difusão pelas bibliotecas públicas e privadas, em particular, as bibliotecas de empresa. As reacções do público, quer pelo telefone, quer por correspondência, foram muito rápidas e numerosas no sentido de as conhecer ou com o desejo de as fazer conhecer.

A conclusão que se pode tirar desta experiência é a seguinte: há necessidade de uma informação que deve ser incessante e infatigável tanto no plano nacional como no plano local. O público está apto a recebê-la e a tomar cada vez mais consciência do que tem de esperar de um serviço público da leitura.

O Compromisso de Brasília

Nos dias 1, 2 e 3 de Abril do ano passado estiveram reunidos em Brasília, convocados pelo Ministro da Educação e Cultura, os governadores dos Estados do Brasil, secretários, prefeitos, presidentes de entidades culturais e o pessoal superior da Directoria do Património Histórico e Artístico Nacional, para se estudarem medidas complementares de protecção e revalorização do acervo cultural do Brasil. O COMPROMISSO DE BRASÍLIA, documento resultante desse encontro, tem recebido ampla divulgação junto daqueles que na grande Nação Irmã se interessam pela salvaguarda dos bens culturais de valor nacional.

Como se pode comprovar pela transcrição de algumas das suas 23 alíneas, o COMPROMISSO não visou apenas a protecção e beneficiação de monumentos, mas também a dos arquivos, pesquisas históricas e documentação em geral. Sob esse ponto de vista, são importantes as seguintes recomendações:

- «.....»
10. — Caberá às Universidades o entrosamento com Bibliotecas e Arquivos Públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim com os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto a melhor elucidação do passado e à avaliação e inventário dos bens regionais cuja defesa se propugna.
 11. — Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congéneres repartições estaduais e municipais.
 12. — Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.

(¹) Os dados acerca deste último país são tão insuficientes e imprecisos que não permitem qualquer estimativa.

13. — Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização desse património.
-
15. — Com o mesmo objectivo, é desejável que pelos Estados seja confiada a especialistas a elaboração de monografias acerca dos aspectos sócio-económicos regionais e valores compreendidos no respectivo património histórico e artístico; e também que, em cursos especiais para professores de ensino fundamental e médio, se lhes propicie a conveniente informação sobre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e o interesse do ambiente histórico-cultural.
16. — Caberá às Secretarias competentes dos Estados a promoção e divulgação do acervo dos bens culturais da respectiva área, utilizando-se, para esse fim, os vários meios de comunicação de massas, tais como a imprensa escrita e falada, o cinema, a televisão.»

O COMPROMISSO DE BRASÍLIA, assim como outros documentos que dizem respeito à preservação de bens culturais de valor nacional e às actividades da Directoria do Património Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), acham-se transcritos integralmente no artigo publicado por Luís Saia na «Rev. História», São Paulo (Brasil), 41 (84) Out.-Dez. 1970, p. 453-484.

Reuniões de Valorização Profissional

Lisboa

O calendário das reuniões planeado para o ano corrente foi o seguinte:

- Julho: Reunião social.
- Agosto: A combinar.
- Setembro: Idem.
- Outubro, Novembro e Dezembro: Desenvolvimento de temas ainda não escolhidos.

Na reunião de trabalhos efectuada em 14 de Abril p.p., a nossa Colega Maria Teresa Mantero tratou o tema «DUPLICADOS. SUA ORGANIZAÇÃO», com interesse e com entusiasmo, pelo que nos levou a participarmos no assunto, pondo-lhe problemas e apresentando também soluções várias a dar a esta tarefa de tão difícil actuação como é a organização dos duplicados.

Na reunião de trabalhos efectuada em 12 de Maio findo, a nossa Colega Lia Amaral apresentou um importante estudo sobre a reprodução de material bibliográfico, fazendo-se até acompanhar de documentação alusiva ao assunto, incluindo desenhos de máquinas de reprodução.

Foi tratada, também com bastante desenvolvimento, a reprodução por microfilmagem, apontando as muitas vantagens deste sistema.

No dia 16 de Junho, realizou-se mais uma reunião na Biblioteca Nacional. A Colega Maria Francisca Andrade desenvolveu o tema «Reconstituição de núcleos». O assunto tratado despertou o maior interesse que se traduziu no grande número de ouvintes; registamos,

com prazer, a presença de 12 estagiários. E o certo é que eles e nós muito aprendemos com a nossa Colega que, para além da leitura do seu trabalho, se prestou, ainda, a dar todos os esclarecimentos que lhe foram pedidos.

Além de assuntos relacionados com o IV Encontro a realizar em Luanda, na reunião de Julho tratar-se-á, ainda, da organização de um programa para o período de trabalhos, a iniciar em Outubro.

Dado o interesse que os estagiários mostraram ao comparecer na passada reunião, foi-lhes sugerido que apresentassem os assuntos que gostariam de ver discutidos em reuniões deste tipo e que poderão vir a constituir, em parte, ou mesmo na totalidade, os temas para as próximas dissertações.

Porto

No dia 3 de Junho, compareceram, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, a grande maioria dos bibliotecários-arquivistas desta cidade (cerca de 90%), expressamente convocados para se pronunciarem sobre as palavras proferidas na reunião da Figueira da Foz pela Colega Rosalina Cunha como representante da redacção de «Cadernos».

Como resultado dos debates então ocorridos, foi aprovado por unanimidade pelos bibliotecários do Porto:

- a) manifestar à Redacção de «Cadernos» a sua consternação e surpresa pela gravidade da crise que a nossa profissão atravessa, tão cruamente exposta por aquela nossa Colega;
- b) manifestar igualmente à Redacção dos «Cadernos» e a todos os Colegas a sua discordância pela solução de abandono e de desistência preconizada naquelas palavras;
- c) apoiar todas as vozes que se levantaram na Figueira da Foz, pelo prosseguimento do esforço de valorização profissional da classe, de que os «Cadernos» têm sido indiscutíveis condutores e consciencializadores e pela continuação imprescindível da sua actividade;
- d) apoiar particularmente as sugestões então feitas pela Colega Maria Fernanda de Brito, no sentido de aliviar, na medida do possível, os trabalhos daquela Redacção, passando as «informações» a serem feitas e enviadas pelos colegas desta Biblioteca Municipal, e programando-se colaboração vária dos colegas do Porto para os próximos números de «Cadernos»;
- e) efectuar nova reunião, a escala regional, regularmente nas primeiras quintas-feiras de cada mês, além das reuniões semanais rotineiras, aliás sempre abertas a todos; nessas reuniões mensais tratar-se-ão, preferentemente, temas sobre a valorização profissional da classe.

No dia 1 de Julho, conforme ficou aprovado, realizar-se-á na Biblioteca Pública Municipal do Porto, à tarde, nova reunião dos bibliotecários-arquivistas desta cidade.

Muito útil seria a comparência também de Colegas de outras regiões.

A agenda de trabalhos será a seguinte:

- a) Caminhos para a valorização profissional
- b) Escolha de temas para trabalhos científicos e técnicos.

Coimbra

No dia 15 de Junho realizou-se na Faculdade de Letras uma reunião de bibliotecários que teve como objectivo trocar opiniões sobre as afirmações de «Cadernos» na última reunião, na Figueira da Foz.

Foram levantadas várias hipóteses quanto à maneira de realizar, individualmente ou em conjunto, um esforço de valorização profissional, hipóteses que, depois duma reflexão pessoal, se concretizarão num plano de trabalhos, na próxima reunião.

NOTÍCIAS VÁRIAS

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 438/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, referida a 31 de Dezembro de 1970 (*Diário do Governo*, II Série, n.º 73, 1971-3-27).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, referida a 31 de Dezembro de 1970. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 73, 1971-3-27).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, referida a 31 de Dezembro de 1970. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 75, 1971-3-30).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, se publica que foi distribuída a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa, referida a 31 de Dezembro de 1970. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 75, 1971-3-30).

* Autorizado o pagamento das seguintes remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa:

Pessoal dos quadros	Remuneração por hora
Primeiros-bibliotecários	43\$30
Segundos-bibliotecários	39\$40
Terceiros-bibliotecários	36\$10
Segundos-oficiais	23\$30
Terceiros-oficiais	17\$70
Ficéis de 1.ª classe	14\$40
Porteiro de 1.ª classe	11\$60
Contínuos de 2.ª classe	11\$10
Pessoal contratado:	
Segundos-bibliotecários	39\$40
Terceiros-bibliotecários	36\$10
Primeiros-oficiais	28\$80
Segundos-oficiais	23\$30
Terceiros-oficiais	17\$70
Auxiliares técnicos	17\$70

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Escriturários-dactilógrafos de 2. ^a classe	12\$20
Contínuos de 1. ^a classe	11\$60
Porteiros de 1. ^a classe	11\$60
Guardas de 1. ^a classe	11\$60
Auxiliares de secretaria	11\$10
Auxiliares de fiel	11\$10
Contínuos de 2. ^a classe	11\$10
Auxiliares de serviços gerais	10\$50
Serventes	10\$50
Guardas de 2. ^a classe	11\$10
Telefonistas de 2. ^a classe	11\$60
Auxiliares de limpeza	6\$60

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 82, 1971-4-7).

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

* Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca da Ajuda.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o curso de bibliotecário-arquivista-documentalista.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

a) Nome completo; b) Filiação; c) Data e localidade do nascimento; d) Estado; e) Profissão; f) Residência; g) Serviço do Arquivo de Identificação que emitiu o bilhete de identidade e número e data deste; h) Cumprimento das obrigações da Lei do Serviço Militar; i) Posse de um dos diplomas exigidos para a admissão ao concurso e respectiva classificação; j) Quaisquer circunstâncias que repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento será junto o curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica e profissional e dos seus títulos científicos).

É dispensada a apresentação inicial dos seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento; b) Certificado do registo criminal; c) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365, de 29 de Outubro de 1965; d) Certificado passado por um dispensário antituberculoso, nos termos do artigo e decreto-lei referidos; e) Documento comprovativo das habilitações referidas na alínea i) do presente aviso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 79, 1971-4-3).

* Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-conservador do Arquivo Distrital do Porto.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecário-arquivista-documentalista. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 82, 1971-4-7).

* Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-conservador do Arquivo Distrital de Viseu.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecário-arquivista-documentalista. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 82, 1971-4-7).

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40770, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento no lugar de segundo-bibliotecário da Reitoria da Universidade de Coimbra.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

a) Nome completo; b) Filiação; c) Data e localidade do nascimento; d) Estado; e) Profissão; f) Residência; g) Quaisquer circunstâncias que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento será junto o curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica e profissional e dos seus títulos científicos). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 91, 1971-4-19).

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40 770, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento nos seguintes lugares:

Dois lugares de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos.

.....
Ao mesmo requerimento será junto um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica e profissional e dos seus títulos científicos). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 118, 1971-5-20).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Concurso para encarregado de bibliotecas de 2.ª classe Segundo concurso

Para os devidos efeitos se anuncia que se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, concurso documental e de provas práticas para provimento de três lugares de encarregado de bibliotecas de 2.ª classe do quadro do pessoal

maior dos serviços especiais, a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de 3200\$00... (Habilitações exigidas: 3.º ciclo dos liceus ou habilitação equiparada). (*Diário do Governo*, III Série, n.º 138, 1971-6-14).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Licenciado João dos Santos Silveira — contratado para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada. (*Diário do Governo*, II série, n.º 61, 1971-3-13).

* Licenciado Mário Alberto dos Reis Faria — provido no lugar de primeiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, para prestar serviço na Reitoria da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 67, 1971-3-17).

* Licenciado Mário Alberto dos Reis Faria, segundo-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Junho de 1968), em serviço no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provido noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 91, 1971-4-19).

* Licenciada Isabel Maria Vilares Teixeira Cepeda — contratada para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 105, 1971-5-5).

* Licenciada Maria Valentina Cota do Amaral Sul Mendes — contratada para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 105, 1971-5-5).

* Licenciada Maria de Lurdes Fonseca David, segundo-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), em serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa — transferida para o lugar de segundo-bibliotecário do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40 770, de 24 de Agosto, a fim de prestar serviço na Universidade de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 105, 1971-5-5).

* Licenciada Maria Teresa Azougado Reis Temudo — contratada para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 113, 1971-5-14).

* Licenciada Lucília Alice Teixeira de Matos Rodrigues de Paiva — provida no lugar de segundo-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 2 de Maio de 1965, para prestar serviço na Reitoria da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 134, 1971-6-8).

* Licenciada Maria José Sabino Moura, terceiro-bibliotecário da Reitoria da Universidade de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do país de 1 a 16 de Maio de 1971, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 46 038, de 16 de Novembro de 1964. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 141, 1971-6-17).

* Licenciada Isabel Maria Vilarés Teixeira Cepeda — exonerada, a seu pedido, do cargo de primeiro-bibliotecário-arquivista do Ministério do Ultramar, a partir da data da posse do cargo de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 143, 1971-6-19).